

4

Auto-representações de gênero de alunos e alunas do curso de formação de soldados da Polícia Militar.

Iris Oliveira do NASCIMENTO: iriscampos2002@yahoo.com.br

CV: <http://lattes.cnpq.br/3593708446360035>. Mestre em Educação/UFPB. Ten. Cel. da Polícia Militar da Paraíba. Membro do GP Núcleo de estudos interdisciplinares sobre violência, democracia, controle social e cidadania/CNPq.

Márcia Esteves de CALAZANS: marcia_calazans@hotmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/3033771649742154>. Doutora em Sociologia/UFRGS. Docente do Programa Políticas Sociais e Cidadania/UCSAL. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia/CNPq. Líder do GP Estudos Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania/CNPq.

Maria Eulina Pessoa de CARVALHO: mepcarv@terra.com.br

CV: <http://lattes.cnpq.br/4066341343633963>. Doutora/Michigan State University. Docente do Programa em Educação/UFPb. Membro dos GP's Globalização e educação do tempo presente e Inclusão escolar, sociabilidade e sustentabilidade/CNPq.

BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT

Resumo	O presente artigo analisa, com foco nas relações de gênero, as auto-representações de gênero de alunos e alunas submetidos/as ao currículo do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba (Curso Técnico em Polícia Preventiva), desenvolvido pelo CFAP (Centro de Formação de Praças). Objetiva-se, com isso, responder à questão de como alunos e alunas soldados/as se reconhecem ao associarem as representações de gênero (masculino/feminino) às competências técnico-profissionais e habilidades pessoais descritas no currículo formal do curso em estudo.
Palavras-chave	Mulheres Policiais; Polícia e Gênero; Currículo; Formação.
Abstrac	This article analyzes, focusing on gender relations, the self-representations of gender of pupils submitted / curriculum of the Training Course Military Police Soldiers of Paraíba (Technical Course in Preventive Police), developed by CFAP (Training Centre Squares). The purpose is, therefore, answer the question of how male and female students soldiers / associate to recognize the representations of gender (male / female) to technical-professional and personal skills described in the formal curriculum of the course of study.
Keywords	Women Cops, Police and Gender; Curriculum; Training.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca dar visibilidade a uma temática ainda permeada de lacunas. Pretende-se mover um olhar singular sobre a análise dos mecanismos de incorporação da cultura policial militar que se manifesta de forma evidente na institucionalização de uma série de condutas subjetivadas pelos agentes.

Para tanto se buscou investigar, com foco nas relações de gênero, as (auto) representações de gênero masculino e feminino de alunos e alunas submetidos/as ao currículo do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba (Curso Técnico em Polícia Preventiva), desenvolvido pelo CFAP (Centro de Formação de Praças) localizado no Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, em João Pessoa-PB, durante o período de 19 de setembro de 2011 a 26 de julho de 2012. Objetiva-se com isso, responder à questão de como alunos e alunas soldados/as reconhecem as (auto) representações de gênero homem e mulher ante as competências técnico-profissionais e habilidades pessoais descritas no currículo formal do curso em estudo.

O Curso Básico de Formação de Soldados da Polícia Militar é aqui interpretado como um processo pedagógico intensivo que socializa cada aluno/a-soldado/a no conhecimento prático do ofício policial. Durante o período de formação ocorre o processo de sujeição, isto é, a maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com a regra e se reconhece como obrigado a incorporá-la, especialmente, neste momento de suas trajetórias profissionais em que estão sendo consagrados a representar a corporação policial militar.

Tomando o contexto organizacional da Polícia Militar da Paraíba e suas características marcantes refletidas na socialização do profissional, algumas questões emergem para dar-se conta da análise proposta neste estudo: Como o currículo formal do curso em estudo integra a questão de gênero? Quais perspectivas de gênero subjazem à sua análise e como elas se aplicam ao contexto formal do conteúdo curricular? De que modo os sujeitos, homens e mulheres em formação, relacionam suas experiências subjetivas de gênero à aprendizagem das competências e habilidades profissionais reivindicadas pelo currículo do curso? Como eles/elas se identificam como sujeitos de gênero e policiais ante as competências preparatórias para o ofício policial?

Nessa perspectiva, o investigado situa-se no campo dos estudos culturais da educação por ter como foco o aprendizado curricular da formação profissional dos/das soldados/as, ou seja, a socialização profissional e a constituição de sujeitos policiais militares numa perspectiva de gênero, entendido aqui como construção cultural e educacional.

A APROXIMAÇÃO COM O CAMPO

A construção deste artigo baseia-se na pesquisa documental e empírica. No primeiro momento, buscaram-se documentos formais que orientam a política curricular do curso em estudo a fim de

identificar a inserção da temática de gênero, mencionada na Matriz Curricular Nacional elaborada pelo Ministério da Justiça, confrontando os resultados com o texto oficial do currículo do curso em foco. No segundo momento, utilizou-se a técnica de questionário em amostragem dos discentes, visando identificar como estes/as associam as (auto) percepções de gênero (masculino e feminino) às competências e habilidades valorizadas no currículo formal do referido curso.

Considerando que o universo dos sujeitos totaliza 231 alunos/as, sendo 43 mulheres (18,6%) e 188 homens (81,4%), foram selecionados, para compor a pesquisa empírica, 50 sujeitos desse universo, sendo 15 mulheres e 35 homens. Isso corresponde a uma amostra aproximada de 34,88% de mulheres e 18,61% dos homens selecionados. Intencionalmente, diante da expressiva inferioridade numérica de alunas no curso em referência, a amostra selecionada compreende um percentual maior desse grupo a fim de garantir-se a visibilidade de suas percepções.

Para investigar o aprender a ser soldado com foco no currículo (formal e vivido) dessa formação, da perspectiva das relações de gênero e no contexto de uma cultura organizacional policial militar, tradicionalmente masculina e androcêntrica, a perspectiva crítica das teorias curriculares inserida nos Estudos Culturais, constitui o fundamento epistemológico para a análise dos dados levantados pelo questionário aplicado.

Ao reconhecer que o indivíduo inserido em uma instituição policial militar submete-se a um poderoso processo de socialização mediado, inicialmente, pela pedagogização da cultura militar, é importante distinguir os significados culturais característicos dessa organização a fim de esclarecer em que direção, e com qual intensidade, eles se fazem presentes na construção das identidades/subjetividades de gênero e as representações sociais dos atores nesse ambiente.

Nesse sentido, a compreensão do significado simbólico do ser e do saber ser soldado, impõe-se como pertinente em considerar o conceito de cultura organizacional e a maneira como esta incide sobre a experiência formativa em questão. O currículo aqui corresponde à política da cultura “naturalizada” num determinado contexto histórico-cultural, passando a ser compreendido como um “*produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam*” os saberes em meio a complexas relações de poder com o fim de produzir as subjetividades e as identidades sociais dos sujeitos (APPLE, 1997, p.59).

Sob essa perspectiva, o cunho das relações de poder constituem um eixo ao qual se integra a seleção e a interpretação dos saberes com o fim de produzir e reproduzir os propósitos desejados que, no caso do objeto de estudo desta pesquisa, são as habilidades e competências julgadas necessárias ao exercício do ofício policial. Ao se tomar as relações de poder como referencial para a valoração dos códigos, signos e símbolos constituintes da cultura organizacional, notadamente, o currículo influencia diretamente na constituição das identidades de gênero, as quais são ratificadas por meio das relações sociais que as legitimam, reforçam e naturalizam no terreno cultural e na convivência social de homens e mulheres policiais.

Neste prisma, a questão de gênero assume status de categoria de análise das relações de poder e saber, ao rejeitar a perspectiva essencialista, biologizante e “naturalizada” do ser homem e mulher. Destaca-se que a noção de gênero aqui compreendida assume sentido relacional da construção social, cultural e educacional que marca, subjetivamente, a constituição das identidades masculinas e femininas ligadas às significações próprias assumidas em diferentes culturas e sociedades.

Considerando que a articulação dessas categorias com os saberes curriculares expressos em sua versão oficial se relaciona estreitamente com a experiência formativa dos atores policiais, o currículo representa um importante mediador pedagógico por meio do qual se legitimam as disposições que manifestam e constituem os *habitus* de gênero masculino e feminino, bem como os valores militares, o *habitus* militar.

Os autores que trouxeram grandes contribuições a temática polícia e gênero consubstanciam a revisão da literatura específica sobre a inclusão e a participação de mulheres na polícia militar a partir das suas valiosas contribuições, a saber: Carvalho (1990), Esteves de Calazans (2003, 2004, 2012), D’Araújo (2003), Takashashi (2002), Nummer (2008), Schactae (2004, 2011), Musumeci e Soares (2005), Santos (2005); Ponte & Cavalcante (1998), Mathias (2005), Rodrigues & Santos (2010), e Capelle (2010).

Portanto, apresentaremos os resultados evidenciados neste artigo, registrando as conclusões assinaladas pela pesquisa documental e empírica. Com os resultados apresentados, espera-se dar visibilidade a algumas das circunstâncias que ainda condicionam as dificuldades e os obstáculos à efetiva inclusão da mulher no interior da Polícia Militar da Paraíba, sugerindo possíveis contribuições para uma perspectiva curricular mais inclusiva do ponto de vista de gênero, bem como para se pensar as reformas policiais desde uma perspectiva de gênero.

OS ESTUDOS PIONEIROS

O levantamento de literatura específica realizado confirma o que asseveram Esteves de Calazans (2003/2004/2005), Soares e Musumeci (2005), e Schactae (2011), a saber: há poucos estudos brasileiros disponíveis no campo das Ciências Sociais sobre a participação feminina nas organizações militares, tanto a nível Federal quanto Estadual.

Esteves de Calazans (2003, p.15) assevera que a escassez de estudos sobre a participação da mulher na polícia resulta da ausência de problematização das “*questões que envolvem seu desenvolvimento no ofício de polícia*”. A autora afirma ainda que, embora a ausência de registros oficiais limite o conhecimento mais preciso acerca dos objetivos da inserção de mulheres nas polícias militares, os indícios contextuais apontam no sentido de sugerir que essa presença nas polícias ostensivas esteja associada ao desejo da estabilidade no mundo do trabalho e à crise ensejada no sistema da Segurança Pública, motivando a busca por transformações no ofício de polícia. Em 2012, na Revista *Carta Capital*, Esteves de Calazans diz que passados praticamente dez anos dos primeiros estudos sobre mulheres

policiais militares no Brasil, observa-se desde 2003 o aumento da produção nacional, aditando que, neste período, a publicação internacional tem dispensado razoável atenção ao tema na perspectiva da redução da violência, entendendo que a inserção de mulheres nas polícias leva consigo a possibilidade de discussão das diferenças e o respeito a estas.

Segundo a autora, como abordagem recorrente na produção bibliográfica internacional, a ênfase está nos elementos da tríade reforma policial, concepções de segurança pública, inserção de mulheres, e produção do conhecimento. Estão nesses estudos articuladas entre si certas categorias fundamentais como: o conceito de gênero; as políticas identitárias das mulheres; o conceito de patriarcado e as formas da produção do conhecimento. Ainda segundo Esteves de Calazans (2012), isto marca de forma radical o tratamento ao tema, pois não somente a produção bibliográfica aumentou, mas, sobretudo, ganhou nova abordagem. Em que pese novas abordagens no Brasil, os estudos mostram-se ainda, em sua grande maioria, descritivos em relação à alocação de mulheres, apontam as desigualdades de gênero nas forças policiais e o impacto da violência institucional sobre as mulheres.

Soares & Musumeci também destacam que:

a expressão da ausência de uma cultura que valorize a informação é o próprio fato de grande parte das polícias militares brasileiras ter incorporado mulheres aos seus quadros há mais de vinte anos e até hoje não organizar suas bases de dados considerando a variável de gênero. A escassez de informações específicas sobre as mulheres policiais é reveladora de um fato ainda mais grave, evidenciado pela pesquisa qualitativa que é a ausência de um planejamento racional de incorporação de mulheres e de qualquer perspectiva de avaliação da experiência de absorção do contingente feminino. (2005, p. 148)

Segundo essas autoras, no momento de transformação da sociedade, as mulheres apresentavam condições potenciais para a combinação das novas concepções de segurança pública e das necessidades das organizações policiais militares, sem que isso, entretanto, tenha sido definido, especificamente, como uma política de segurança pública.

Afirmam ainda essas autoras que o reconhecimento nas mulheres dessas condições potenciais para a transformação do modelo policial fundamenta-se, precipuamente, na perspectiva de suas habilidades “naturais”, considerando as características inatas às mulheres no imaginário social e dos gestores da segurança pública. Com base nisso, elas sustentam a tese de que essa inserção, fundamentada na ideia estereotipada de gênero/feminilidade, tenha se dado no sentido de “humanizar” a imagem da corporação policial.

A literatura destacada até aqui ressalta que, embora os estudos referentes à temática de gênero associada ao ambiente militar ainda sejam incipientes no Brasil. No cenário internacional, estudos realizados na França, Espanha, Austrália, Inglaterra e EUA revelam uma associação clara entre a profissionalização do trabalho policial e

o ingresso de mulheres no aparelho policial militar (ESTEVES DE CALAZANS, 2003).

Ainda segundo essas obras, no Brasil, o paradigma de Segurança Pública, sobretudo após o período republicano, direciona-se para o interesse de uma polícia menos voltada para o uso da força, dotada de maior capacidade estratégica para responder às exigências advindas das transformações pelas quais passam o modelo de polícia e o próprio mundo do trabalho.

Esteves de Calazans (2005), inclusive, afirma que a inserção feminina nas Polícias é marcada pelo “*movimento de polícia de aproximação e especialização, no atendimento a jovens, crianças, idosos e revistas femininas*” (2005, p 12). A referida autora esclarece que:

[...] a inserção de mulheres nas Polícias traz a marca da busca de uma polícia de aproximação, de ampliação e especialização, levando a inferência de uma suposta passagem, da evolução de um modelo de Polícia, o que, no campo empírico, não parece ter correspondido, até agora, a um processo de modificação ou de reforma da instituição policial. (p.13)

Assim, é possível concluir-se que a ideia de gênero que rotula e demarca o espaço e trânsito das mulheres no aparelho policial, no contexto do recente ingresso feminino, assume a noção de uma categoria “dada”, biologizante e essencialista, com posições “fixas” de gênero, cuja menção, aqui, se busca superar. (SOARES & MUSUMECI, 2005)

Acredita-se então que os primeiros trabalhos brasileiros a respeito da incorporação de mulheres na instituição militar decorram de estudos realizados por escolas militares. Na revisão da literatura acerca dessa temática, há notícia de que a ECEME (Escola Superior e Estado-Maior do Exército/ RJ) tenha iniciado alguns registros a respeito das formas como deveria ser realizada a integração de mulheres ao Exército, Marinha e Aeronáutica. Dentre eles, destacam-se os trabalhos de Maria Celina D’Araújo (2003; 2004), Suzeley Kalil Mathias (2005), Sônia Carvalho (1990) e Emília Takahashi (2002).

D’Araújo (2003; 2004) aborda a integração das mulheres às Forças Armadas do Brasil, incluindo também uma análise introdutória a respeito de uma possível incorporação de homossexuais.

Suzeley Kalil Mathias (2005) indica que a inserção feminina nas Forças Armadas nos países latino americanos resulta do processo democrático que confere igualdade de ofertas para os cidadãos e cidadãs, da incorporação de novas tecnologias na arte da guerra, da própria desvalorização da profissão militar no imaginário social e ainda da mudança na percepção dos gestores acerca das funções militares.

Da consideração de Sônia Carvalho (1990) sobre a presença das mulheres militares no Centro de Aplicações Táticas e Reacompanhamento de Equipagens/Base Naval (CATRE – Parnamirim/RN), revela-se o fato do curso de formação militar significar uma adaptação à vida militar com a internalização de valores característicos dos militares, mas, sobretudo, valores masculinos, reconhecendo essa autora que a estrutura disciplinar militar se pauta essencialmente num modelo universal masculino.

Sendo assim, a inserção de mulheres nesse contexto submetem, num primeiro momento, à negação da identidade feminina ao subjugar-se à condição de militar. Nele, a mulher torna-se ‘militar homem’. Esse dilema ambíguo da mulher ao ser transformada em militar é igualmente assinalado por Esteves de Calazans (2003) e ainda por Musumeci (2005) quanto à presença de mulheres nas Polícias Militares na Brigada Militar do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, respectivamente.

Por outro lado, Carvalho (1990) descreve ainda que a instituição militar apropria-se da representação simbólica do gênero feminino, mediante certo paternalismo, o que representa um mecanismo das relações de poder manifestadas pela proteção do mais forte ao mais fraco, do dominante sobre o dominado.

Conforme essa autora, o tratamento das mulheres pelos homens no âmbito dessas instituições assume o caráter ambíguo de ser, ora excessivamente protetivo, ora preconceituoso. Ambos, na visão de Carvalho, arriscam ao comprometimento de um dos principais valores do militarismo: a hierarquia. (CARVALHO, 1990)

Emília Takahashi (2002) relata sobre a construção da identidade de homens e mulheres na Academia da Força Aérea (AFAPirassununga/SP), indicando que a sobreposição da identidade militar sobre a identidade de gênero ‘feminino’ é fator essencial para desmistificar-se a ideia de que são ‘protegidas’ mediante a ótica do paternalismo. Destaca ela ainda que na medida em que as mulheres assumem as posturas características da profissão militar sem fazer uso dos subterfúgios paternalistas revestidos pela “fragilidade da natureza feminina” que as segregam, elas nomeiam-se à condição de cadetes alcançando o reconhecimento desse status em meio aos seus pares (TAKAHASHI, 2002).

No contexto da Paraíba, a literatura sobre essa temática é ainda mais rara, encontrando-se três referências para esta pesquisa: Pontes e Cavalcante (1998); Santos (2006) e, Rodrigues & Santos (2010).

João E. Pontes e Natanael S. Cavalcante (1998) historicam e problematizam o ingresso da mulher na Polícia Militar da Paraíba relatando as dificuldades de sua inserção e a invisibilidade do segmento feminino na instituição. Descrevem ainda sobre seu potencial para contribuir com a atividade de policiamento ostensivo mediante a ótica de:

Auxiliar o Comando da Corporação [...] em novos tempos, adequando a Polícia Militar com um serviço novo, moderno, apropriado às ocorrências específicas, utilizando o potencial da policial feminina no serviço operacional e administrativo, adequando e estimulando os segmentos profissionais da Corporação na aceitação das profissionais. (p.13)

Carla Andréa do Nascimento Santos (2006) analisa, sob a perspectiva sociológica, o universo simbólico da mulher no exercício da profissão policial descrevendo que as representações sociais da mulher, no contexto da Polícia Militar da Paraíba, ainda se constituem num forte marco de resistências, porquanto que ainda se valorizam mais aquelas associadas ao universo masculino, simbolizadas principalmente pela força e virilidade caracterizadoras, em si, das representações policiais.

Essa autora defende ainda que, nesse ambiente, a cultura organizacional é predominantemente machista, o que a torna um potencial instrumento por meio do qual se consolidam o conjunto de valores sustentadores do modelo hegemônico dominante. Nestes termos, ao valorizar a força ainda como um recurso essencial à execução da atividade policial, promove-se o que esta autora denomina de “sentimento de exclusão” nas falas das policiais entrevistadas quanto ao reconhecimento do desenvolvimento qualitativo da atividade operacional (SANTOS, 2006).

Mônica L. Rodrigues e Anita Leocádia P. dos Santos (2010) denunciam os impactos na saúde da mulher após o ingresso no Curso de Formação de Soldados realizado no Batalhão de Polícia Militar sediado no Município de Campina Grande-PB, pesquisando o universo de alunas soldados recém ingressas no Curso de Formação no ano de 2009. As autoras concluem que as mulheres ingressas no serviço policial são negligenciadas “*em suas características humanas, biológicas e sociais e sofrem comprometimentos da saúde física e mental, especialmente, no tocante às questões da saúde especificamente feminina*” (p.8).

Assinalam ainda elas que, apesar de as mulheres terem conquistado o acesso à Polícia Militar, elas ainda não têm um lugar claramente demarcado na instituição, descrevendo que “*sua presença dentro dos quartéis é estranha e intensifica a competitividade entre os sexos*” (Ibid, p. 7).

O trabalho desenvolvido por Rodrigues & Santos ressalta ainda que:

A conquista profissional da mulher em integrar os quadros policiais militares através de concurso, ainda não lhe garante o devido reconhecimento e respeito. Como alunas, passam por uma experiência, que lhes exige muito em troca. Delas, é extorquida, tacitamente, parte de sua saúde física ou psicológica e, possivelmente, a sua identidade feminina. Ademais, inscritas na lógica androcêntrica, muitas vezes elas não atentam para tais perdas e as naturalizam, ao ponto de não questioná-las. (pp. 7-8)

Assim, a exemplo do que observam outras pesquisas, Santos (2006) e Rodrigues & Santos (2010) também relatam a existência de um processo de redução da “*identidade social do sujeito, como uma forma de controle social, uma das estratégias utilizadas pelas instituições totais para coisificar e segmentar os indivíduos*” (2006 pp.133-134).

Evidencia-se dessas considerações que a relação das mulheres com a instituição militar é ainda problemática e permeada de desafios. Também é notória que o dilema ambíguo entre a identidade feminina e a constituição da identidade militar é uma constatação recorrente nos registros literários pesquisados.

No sentido de desbravar este campo de estudo no contexto das Polícias Militares brasileiras, os trabalhos desenvolvidos por Esteves de Calazans, (2003/2004/2005/2010/2012) apontam, em contrapartida, que podemos dizer que os conceitos de segurança pública e de atividade policial sugerem que as mulheres parecem estar se beneficiando da nova ordem, da lógica institucional, uma vez que

ingressam na organização através de habilidades construídas no seu processo de socialização na família, na escola e nos mais diversos grupos e instituições.

Atendem inicialmente, assim, ao “novo perfil” do policial, pautado pela busca de uma polícia de aproximação. Contudo, a nova ordem tem se mostrado como retórica, pois na ausência de políticas afirmativas, encontra ainda a existência de políticas restritivas formais ou informais de inclusão de mulheres nas polícias militares, o que vem determinando o espaço que elas têm reconhecido na instituição policial militar. Como aponta Esteves de Calazans (2003), no processo de inserção feminina no aparelho policial militar, ao assumir novos postos na hierarquia dos círculos de convivência, o gênero dos sujeitos trabalhadores torna-se fonte de status e poder, implicando no modo de inserção e posicionamento nos postos de trabalho, o que vai definindo o processo de exclusão-dominância no interior do aparelho policial.

A inserção feminina nas Polícias Militares sugere estar ligada à busca de credibilidade com a população, a uma imagem pós-ditadura. Pois há uma associação entre a profissionalização do trabalho policial e o ingresso de mulheres no aparelho policial militar, uma polícia menos voltada para o uso da força, direcionada para a capacidade estratégica, exigências advindas das transformações pelas quais vem passando o modelo de polícia e o próprio mundo do trabalho.

Também o trabalho da historiadora Andrea Mazurok Schactae (2011), desenvolvido no contexto da Polícia Militar do Paraná, é relevante no sentido de constatar que, historicamente, a presença de mulheres na instituição policial militar paranaense se vincula ao contexto marcado pela abertura política, por políticas de gênero e pela preocupação da instituição com a sua imagem.

Schactae (2011) salienta que o ideal de policial feminina construiu-se a partir da noção de feminilidade baseada nos argumentos essencialistas justificados pela necessidade de atribuir-se atividades específicas para as mulheres policiais dentro daquela organização. Sua pesquisa revela que tais argumentos ainda norteiam a construção da identidade de militar vinculada à masculinidade, alertando para a necessidade dessa questão ser mais explorada pelos estudos de gênero em instituições militares. A autora descreve:

[...] os argumentos da existência de uma essência feminina, por si, apontam para a crença em uma natureza masculina identificadora do militar. A força, a coragem, a bravura, a violência são valores apresentados nos discursos militares como permanentes, de tal forma que são significados como pertencentes, unicamente, ao sexo masculino (p. 247).

Finalmente, em meio aos achados literários sobre esse tema, encontra-se na obra de Barbara M. Soares e Leonarda Musumeci (2005) um dos principais e mais completos acervos a respeito da presença de mulheres nas Polícias Militares brasileiras.

Cabe o registro de que essas pesquisadoras assinaram a equipe de trabalho responsável pelo único levantamento nacional produzido até esta data para visibilizar informações de gênero nas Polícias Militares Brasileiras. O estudo “*Polícia e gênero: Presença feminina nas PMs brasileiras*” foi realizado pela CESEc – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, com apoio da SENASP – Secretaria Nacional

de Segurança Pública e seus resultados foram noticiados pelo Boletim do CESEc nº 7, volume 2, publicado em maio de 2004.

Dentre outros dados, a pesquisa acima reportada, registra que as mulheres representam uma parcela muito reduzida no efetivo das polícias e ainda que em média, elas apresentam um nível de escolaridade mais alto que os homens. Constatou ainda que a variável de gênero ainda é uma questão desconsiderada pelas corporações policiais militares brasileiras.

Assim, com base na realidade da PMRJ, Soares & Musumeci destacam, dentre outros aspectos, que a ausência de uma “*verdadeira política de aproveitamento do efetivo policial feminino*” torna-se um eixo central:

no dilema em que se debate a construção da identidade de policial feminina –afirmar-se como igual ou como diferente da masculina – e no cerne de uma desqualificação implícita, na medida em que as atividades de “confronto” sejam identificadas como “verdadeiro trabalho de polícia. (2005, p. 76)

A revisão das obras aqui arroladas converge também no sentido de indicar algumas possibilidades para a motivação da iniciativa brasileira de inserção de mulheres nas corporações policiais militares, destacando ainda que ela se pautou na experiência europeia e americana.

Esteves de Calazans (2004) também sugere que, no cenário brasileiro, essa inserção possa estar ligada à busca de credibilidade junto à população, sobretudo, no período pós-ditadura. Identifica essa autora que a busca pela estabilidade no mundo do trabalho e as transformações no ofício de polícia alinhado às “novas” concepções de segurança pública. A autora justifica ainda que a ausência de “*problematização da tríade, reforma policial, concepções de segurança pública e inserção feminina*” (p.1) associada à visão essencialista da “natureza” feminina tenham alimentado a crença de que essa inserção pudesse corresponder às novas concepções de segurança pública, supondo-se haver, no contexto das polícias brasileiras, um “novo” lugar para as policiais femininas. Entretanto, sua presença não se definiu exatamente enquanto uma política específica de segurança pública.

Quanto aos impactos da inserção feminina nas polícias, Esteves de Calazans sublinha que:

A inserção foi sentida de forma mais intensa pelas próprias mulheres, no impacto que o treinamento na Academia de Polícia Militar, exerce em suas trajetórias, principalmente no estágio inicial, quando são repassados valores e regras do militarismo, entretanto é nesse momento que o sentido do policiamento de rua é enfatizado e assimilado (p.4).

A revisão da literatura de Esteves de Calazans (2003/2005), bem como de Soares & Musumeci (2005), convergem no entendimento de que as mulheres produziram uma aproximação gradual das relações internas, sobretudo, entre policiais de diferentes patentes sob a ótica da humanização na corporação.

Mesmo representando um efetivo ainda inferior ao masculino, o ingresso feminino nestas corporações produziu-lhes certa desestruturação, dando visibilidade às impossibilidades institucionais de lidar com as diferenças, o que, resulta na busca “*de “lugares” fixos para homens e mulheres, na ideia de oposição, de polarização e de identidade coletiva, predominantemente masculina, na busca de uma homogeneidade cultural*”. (ESTEVES DE CALAZANS, 2004 p.14)

Como se vê, emerge como questão candente na literatura examinada, dentre os muitos desafios e obscuridades que ainda permeiam a presença de mulheres nessas instituições, a questão do conflito de identidade entre a feminilidade tradicional e a masculinidade militar. Conhecer como os ingressos e, especialmente, as ingressas vivem e realizam a incorporação da identidade policial militar e o modo como aprendem a ser soldados e soldadas, parece ser ainda uma questão que não está plenamente explorada na contribuição dos estudos aqui relatados.

Considera-se que as experiências e aprendizados dos homens e mulheres durante o Curso de Formação de Soldados (Técnico de Polícia Preventivo) desenvolvido pelo Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba se dão na (e resultam da) arena de conflitos simbólicos que se travam tanto no terreno da cultura, quanto do poder e da dominação, mais especificamente da cultura policial militar, do currículo do curso e das relações de gênero.

PERFIL DOS ALUNOS E ALUNAS DO CFSD/2012

Considerando que a amostragem dos sujeitos da pesquisa 1 corresponde a 35 homens e 15 mulheres, as respostas assinaladas pelos sujeitos no primeiro bloco de questões visou investigar alguns aspectos do perfil profissiográfico dos sujeitos ingressos no curso estudado, cujos resultados estão demonstrados na Tabela¹ 1 adiante apresentada.

TABELA 1: PERFIL DA AMOSTRA

¹ Artigo produzido à partir de pesquisa realizada por : NASCIMENTO, Iris Oliveira do. Competências de Soldado: Relações de Gênero na Formação Profissional da Polícia Militar, 2013.157p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

VARIÁVEIS	HOMEM	MULHER	TOTAL
Faixa etária			
18 a 23	3	2	5
24 a 28	14	10	24
29 a 31	15	3	18
acima de 32	3	-	3
Estado civil			
Solteiro/a	19	11	30
Casado/a	14	3	17
Divorciado/a	1	-	1
Outros	2	1	3
Escolaridade			
Média	21	4	25
Superior incompleta	10	7	17
Superior completa	4	4	8
Pós-graduação	-	-	-

Motivação de ingresso na PM*			
Influências familiares	6	5	11
Independência financeira	18	8	26
Vocação	12	5	17
Outros	1	-	1
Moradia			
Própria	18	5	23
Alugada	4	3	7
De parentes	13	6	19
Outra	-	1	1

*Dois homens e três mulheres assinalaram mais de uma alternativa.

Conforme os dados apresentados acima, observa-se que a variável referente à faixa etária anota que os homens que ingressam no curso são mais velhos do que as mulheres, pois que, dois terços das mulheres concentram-se na faixa dos 24 a 28 anos de idade, enquanto no caso dos homens pouco mais da metade (18 de 35 sujeitos) tem idade igual ou superior a 29 anos. Nota-se, ainda, que o grupo de homens registra a incidência de três sujeitos na faixa etária acima dos 32 anos, não havendo registro nessa faixa etária entre as mulheres. Com base nesses dados, é interessante constatar-se que as mulheres tendem a ingressar mais jovens que os homens na carreira policial militar.

Com relação ao estado civil, observa-se que os/as solteiros representam a maioria entre homens (19 de 35) e mulheres (11 de 15). Contudo, observa-se que entre os homens, há também uma significativa representação de casados (14 de 35). Esses dados sugerem que, embora homens e mulheres ingressem solteiros na corporação policial militar, a frequência dos casados é mais recorrente entre os homens do que entre mulheres.

Os resultados indicam que na realidade da Paraíba, as mulheres apresentam um nível de escolaridade superior aos homens no

momento do seu ingresso na carreira policial militar. No caso dos homens, o nível de escolaridade mais frequente é o ensino médio (21 de 35), enquanto um terço apresenta nível superior incompleto. Entre as mulheres pesquisadas, onze de quinze referem ter nível superior, sendo incompleto (sete casos), e completo (quatro casos). O nível superior de ensino completo encontra igual registro de homens e mulheres. Contudo, em termos representativos, face à amostra de homens e mulheres, ele é mais recorrente no grupo feminino.

Quanto à principal motivação para o ingresso na carreira policial militar, questão que permitiu assinalar múltiplas alternativas, a independência financeira representou o motivo mais recorrente entre os homens (dezoito menções) e também entre as mulheres (oito menções), atingindo pouco mais de metade das respostas assinaladas por ambos os grupos de sexo. Depois dele, o registro da vocação aparece como a segunda escolha também para ambos (doze menções pelos homens e cinco pelas mulheres), embora a opção de referência/influências familiares tenha sido igualmente assinalada pelas mulheres em associação à independência financeira, pois que três delas assinalaram os dois motivos.

Quanto à situação de moradia, os dados apontam que a maioria dos homens registra moradia própria (dezoito menções), seguida de morada com parentes (treze menções). No caso das mulheres, seis moram com parentes, cinco têm moradia própria e, três referem morar de aluguel.

ANÁLISE DAS (AUTO) REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICO-PROFISSIONAIS

Conforme já esclarecido, o questionário listou 44 (quarenta e quatro) competências solicitando que elas fossem associadas à mulher, ao homem ou a ambos, evocando ainda que se apresentasse uma justificativa para a predominância das respostas assinaladas. Ante o extenso número de questões, visando facilitar a apresentação dos dados no presente artigo, considera-se 16 quesitos, *técnico-profissionais*, apresentados na tabela abaixo. Nessa tabela, a legenda H equivale à associação com homens; M à associação com mulheres; e A, à associação a ambos, homens e mulheres; a alternativa NA indica que a competência não foi associada a nenhum dos gêneros.

As respostas são apresentadas e analisadas por sexo a seguir, realçando-se a resposta predominante para cada uma das competências listadas, tanto no caso dos homens, quanto no caso das mulheres.

Tabela 02 – Associações de gênero referidas pelos sujeitos homens e mulheres quanto às competências técnico profissionais (QUESITOS 01 A 08)

(H) Homem (M) Mulher (A) Ambos (NA) Não Assinalou

ATRIBUIÇÕES DE GÊNERO: COMPETÊNCIA TÉCNICO PROFISSIONAL	MULHERES			HOMENS			NA
	M	H	A	M	H	A	
1. Realiza policiamento ostensivo fardado	-	3	12	-	20	15	-
2. Relaciona-se com a comunidade nas atividades de patrulhamento	5	-	10	6	7	22	-
3. Averigua situações suspeitas em pessoas,	-	3	12	-	23	11	1

veículos e/ou edificações							
4. Executa ronda escolar	1	-	14	17	4	14	-
5. Executa patrulhamento intensificado em áreas com alto índice de criminalidade	-	5	10	-	28	7	-
6. Ministra palestras relacionadas à educação para o trânsito, ao combate às drogas e à preservação do meio ambiente	6	-	9	18	-	17	-
7. Administra conflitos com o fim de restabelecer a boa convivência entre as partes	6	-	09	17	7	11	-
8. Conduz infrator ou criminoso á autoridade competente	-	1	14	-	26	9	-

Quanto ao item *realiza policiamento ostensivo fardado* comum no cotidiano do ofício policial, a função de policiamento ostensivo fardado é identificada por doze das quinze mulheres como uma atividade correspondente a ambos os gêneros. Entretanto, na perspectiva de vinte sujeitos da amostra do grupo de homens, esta função se identifica de forma mais com o gênero masculino.

Um indicativo importante das concepções de gênero que coincide entre homens e mulheres investigados/as na pesquisa está refletido no posicionamento assumido por eles/elas nas *atividades de relacionamento com a comunidade no serviço de patrulhamento; realização de palestras educativas para o trânsito, combate às drogas e preservação do meio ambiente e a administração de conflitos* (itens 2, 6 e 14). Neles, embora para as mulheres se mantenha a predominância da associação a ambos os sexos, aproximadamente, um terço a mais das mulheres respondentes associaram essa atividade, exclusivamente, à imagem feminina.

Na visão da amostra de homens da pesquisa, nota-se que a *atividade de relacionamento com a comunidade nas atividades de patrulhamento* é incorporada por eles como uma concepção inclusiva, uma vez que, para 22 sujeitos desse grupo, ela estaria associada a ambos os sexos. Todavia, a execução de ronda escolar assinalada no item 4, demonstra a visão estereotipada do gênero feminino representada pela associação exclusiva com a figura da mulher conforme a assinalação de dezessete dos sujeitos.

Considerando que essas funções dizem respeito ao trato com a comunidade, na função da conciliação e da intervenção pela via do diálogo, na visão estereotipada das relações de gênero elas estariam mais diretamente relacionadas às características social e, culturalmente, atribuídas ao gênero feminino, conforme ilustra o referencial teórico de CARVALHO (2004) quanto ao *habitus* de gênero feminino. A reprodução histórica dos papéis destinados aos homens (o público) e às mulheres (o privado) mostra-se visível nesta análise.

Igualmente, a análise das indicações marcadas pelos homens e mulheres pesquisados/as refletem a constatação da literatura pesquisada sobre a temática específica de gênero na Polícia Militar. Conforme Soares e Musumeci (2005), o reconhecimento das habilidades tidas como “naturais” nas mulheres levou à sua inserção na corporação policial por corresponderem às condições potenciais para difundir nas polícias o modelo adequado ao período pós-ditadura, voltado para a “humanização” da imagem da corporação policial.

Reporta também o “*movimento de aproximação*”, no entendimento Calazans (2005, p.13) e à perspectiva de Shactae, segundo a qual, os “*argumentos de uma essência feminina*” fundamentam o ideal de policial feminina (2011, p. 247). Todas essas autoras referem que a ideia estereotipada de gênero/feminilidade, marca não só o ingresso da mulher na PM.

As competências de gênero auto assumidas pelos homens marcam o território simbólico de sua identificação na consideração de mais de vinte sujeitos homens, uma vez que consideram como exclusivamente masculinas as atividades de averiguação de situações suspeitas em pessoas, veículos e/ou edificações (item 3); Execução de patrulhamento intensificado em áreas com alto índice de criminalidade (item 6); Condução de infrator ou criminoso à autoridade competente (item 8) e Realização da prisão de infrator em flagrante delito (item 9).

A (auto) identificação das competências com os papéis de gênero, conforme compreendidos pelos sujeitos, reflete a reprodução dos papéis historicamente destinados à homens e mulheres, conforme bem ilustra Bourdieu:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (2002, p. 10)

Outro aspecto que reforça essa sugestão está sinalizado na ausência de menções na autoidentificação exclusiva das mulheres com as atividades de patrulhamento intensificado em áreas com alto índice de criminalidade. Entretanto, um terço delas relaciona essa competência, exclusivamente, à imagem masculina. Tal atividade, correspondendo no imaginário social aos atributos mais intimamente relacionados à coragem, à força e à virilidade, na noção de gênero subjetivada por esse grupo, elas estariam mais associadas à visão cosmológica do homem. A ótica paternalista também se mostra visível nessas questões assumindo um claro papel na distinção dos papéis pela suposta proteção do homem à mulher, do mais forte ao mais fraco. A esse propósito convém resgatar a contribuição de Le Breton para subsidiar o posicionamento assumido pelas mulheres. Conforme ele: “*a mulher encontra-se frequentemente em posição subalterna ou assistida enquanto que o homem, de altura mais elevada, a ampara numa atitude de proteção que engloba tanto a esfera profissional quanto a familiar e amorosa*”. (2007, p. 67 e 68).

Tabela 03 – Associações de gênero referidas pelos sujeitos homens e mulheres quanto às competências técnico-profissionais (QUESITOS 09 A 18)

ATRIBUIÇÕES DE GÊNERO - COMPETÊNCIA TÉCNICO PROFISSIONAL	MULHERES			HOMENS			NA
	M	H	A	M	H	A	
9. Realiza prisão de infrator em flagrante delito	-	1	14	-	23	11	1
10. Melhor responde ao atendimento de ocorrências envolvendo mulheres, crianças e/ou idosos	10	1	4	21	2	12	-

11.	Atua em ocorrências de sequestro	1	3	11	-	27	8	-
12.	Atua no resgate de reféns	2	4	9	-	26	9	-
13.	Atua no isolamento de torcidas em competições desportivas	-	5	10	-	27	8	-
14.	Realiza atividades administrativas internas aos quartéis	5	-	10	17	-	18	-
15.	Escolta árbitros, torcedores e equipes desportivas	-	4	11	-	25	10	-
16.	Acompanha averiguações de maus tratos ou abusos a crianças, adolescentes e idosos	8	-	7	19	-	16	-
17.	Infiltra-se em meio a grupos criminosos para levantamento de informações criminais	-	6	9	-	28	7	-
18.	Levanta dado e informações referentes a missões policiais reservadas (sigilosas)	2	-	13	-	18	17	-

(H) Homem (M) Mulher (A) Ambos (NA) Não Assinalou

A demarcação de papéis correspondentes a homens e mulheres no ambiente policial militar na perspectiva da reprodução histórica do binarismo das tarefas inerentes aos sexos, “*opondo o lugar da assembléia ou de mercado reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres*” (BOURDIEU, 2002, p. 9) está novamente registrada na competência correspondente a *quem melhor responde ao atendimento de ocorrências envolvendo mulheres, crianças e/ou idosos* (item 10) e *quem acompanha averiguações de maus tratos ou abusos a crianças, adolescentes e idosos* (item 16).

Caracterizada como uma atividade do tipo assistencial, essa função se identifica intimamente com a crença imaginária nos atributos da “natureza” feminina, conforme descritas por Carvalho (2009) e Schactae (2011) justificando que elas a tenham associado às características da sensibilidade, delicadeza e intuição, inscritas nas feminilidades.

Percebe-se daí, que tanto os homens quanto as mulheres subjetivam uma noção específica do seu pertencimento, determinando para si e para o outro o lugar e o espaço que lhes cabe não só na sociedade, mas também no campo profissional da atividade policial militar, conforme registra o referencial de Esteves de Calazans (2004; 2005) e também de Soares & Musumeci (2005). Supõe-se daí que a ideia de uma categoria “fixa” e biologizante, sob a qual se inscreveu o ingresso de mulheres na polícia, desde a sua origem, segundo Schactae (2011), serve também para demarcar a cisão original da criação da instituição da Polícia Feminina inserida na Polícia Militar.

Isso indica que as representações de gênero masculino e feminino assumidas pelo grupo de sujeitos homens pesquisado, ainda tende a atribuir papéis sociais dicotômicos e excludente das mulheres sob o ponto de vista dos aspectos culturais enquanto definidores das fronteiras de gênero masculino e feminino no contexto social, mas também a nível institucional, conforme descreve Carvalho (2004; 2009). Compreensão é bem ilustrada por Esteves de Calazans ao descrever que nas polícias:

[...] a perspectiva da diferença é tratada como uma divisão que não apenas diferencia, mas subordina e desigualta a mulher em relação ao homem, concebendo-a como um ponto negativo, alguém que não serve para, que é reconhecida pelo que não possui, portanto como entidade de falta. (2004, p.18)

COMPETÊNCIAS PESSOAIS	MULHERES			HOMENS		
	M	H	A	M	H	A
1.Melhor atua com ética e profissionalismo	7	-	8	10	2	23
2.Demonstra maior disciplina	9	-	6	12	2	21
3.Mantém maior equilíbrio emocional mediante situações de pressão (alto nível de stress)	4	4	7	3	25	7
4.Mais se preocupa com a qualificação e o aperfeiçoamento profissional	8	-	7	4	8	23
5.Melhor se adapta ao cumprimento de normas e regulamentos internos da instituição policial militar	7	1	7	7	9	19
6.Age com maior rapidez e perspicácia em situações de conflito	1	1	13	-	28	7
7.Mais se preocupa em manter condicionamento físico adequado ao exercício da atividade policial	2	4	9	-	29	6
8.Demonstra maior resistência à fadiga psicológica e física	1	6	8	-	28	7
9.Demonstra maior domínio das técnicas de autodefesa	-	9	6	-	29	6
10.Melhor manuseia armas de fogo e armas não letais	-	4	11	-	27	8
11.Demonstra maior firmeza de caráter	7	-	8	8	4	23
12.Age com maior iniciativa e criatividade na solução de problemas	9	-	6	7	8	20
13.Desenvolve maior aptidão para o trabalho em equipe	9	-	6	7	7	21
14.Age com maior imparcialidade e rapidez na tomada de decisão	5	-	10	9	14	12
15.Melhor se adapta aos padrões de postura requerida pela instituição policial militar	6	-	9	4	7	24

Ratifica este entendimento as marcações das *atividades de escolha de árbitros, torcedores e equipes desportivas* (item 15); *atuação em ocorrências de sequestro* (item 11); *atuação no resgate de reféns* (item 12) e, *atuação no isolamento de torcidas em competições desportivas* (item 13). Na percepção da expressiva maioria das mulheres, essas atividades refletem papéis destinados a ambos os sexos, enquanto, para mais de vinte sujeitos do grupo de homens, essas funções demarcam sua auto apropriação assinalando seu exclusivo pertencimento na identificação com essas atividades e, nesse sentido, elas estariam descredenciadas para as mulheres excluindo delas a participação das mulheres policiais nessas funções.

Outro importante elemento se coloca na análise da percepção de gênero marcada pelos sujeitos no que se refere à *realização de atividades administrativas internas aos quartéis* (item 16). Nota-se que, igualmente, para homens e mulheres há uma representação significativa da correspondência exclusiva dessa atividade com o

gênero feminino, segundo um terço das mulheres e quase a metade dos homens pesquisados. Por outro lado, a leitura desses dados também alude uma postura protecionista em que as mulheres estarão abrigadas dos perigos, alocadas no interior dos quartéis e nesta posição, submetem-se à lógica da cultura androcêntrica que as subordina e, portanto, respalda o seu pertencimento exclusivo.

As *atividades de inteligência* também estão visivelmente demarcadas pela visão estereotipada de corpo/sexo/natureza como identificadores dos atributos correspondentes a homens e mulheres. A evidência das marcações assinaladas pelos homens demonstra a delimitação do território masculino para *infiltrar-se em meio a grupos criminosos para levantamento de informações criminais* (item 17) e para o *levantamento de dados e informações referentes a missões policiais reservadas (sigilosas)* (item 18). Na visão dos homens, as mulheres estão descredenciadas para essas funções, enquanto para elas, a correspondência dessas atividades está mais associada a ambos os sexos.

TABELA 04 – ASSOCIAÇÕES ENTRE COMPETÊNCIAS PESSOAIS E GÊNERO

As competências pessoais anotadas por homens e mulheres registram que, para elas, embora todas as competências pessoais estejam associadas a ambos os sexos, com variação de 6 a 13 escolhas, nota-se que as (auto) representações assumidas pelo grupo de sujeitos homens e mulheres o quanto ainda demarcadas pela crença identificadora de uma “natureza” que imputa distintos papéis para homens e mulheres.

Vejamos: Os homens e mulheres pesquisados/as partilham pela percepção de mais da metade dos sujeitos de cada grupo que ambos os sexos detém os atributos pessoais, relacionados a: atua com ética e profissionalismo (quesito 1); demonstra maior firmeza de caráter (quesito 11) e melhor se adapta aos padrões de postura militar (quesito 15). Todavia, essa percepção inclusiva de gênero quanto aos atributos pessoais se mostrou mais relevante para a maior parte do grupo apenas das mulheres no que se refere a: mantém equilíbrio emocional em situação de pressão (quesito 3), age com maior rapidez e perspicácia em situações de conflito (quesito 6), preocupa-se em manter condicionamento físico adequado à atividade profissional (quesito 7), demonstra maior resistência à fadiga (quesito 8), manuseia armas de fogo e armas não letais (quesito 10), age com maior imparcialidade e rapidez na tomada de decisão (quesito 14).

Os atributos pessoais relacionados somente pelos homens como estando associadas a ambos os sexos foram registrados pela maior parte do grupo pesquisado (com variação de 19 a 24 escolhas dos 35 sujeitos) no que se refere a quem: demonstra maior disciplina (quesito 2), maior preocupação com a qualificação e o aperfeiçoamento profissional (quesito 4), age com iniciativa e criatividade na solução de problemas (quesito 12) e, desenvolve maior aptidão para o trabalho em equipe (quesito 13).

A (auto)imagem feminina das policiais militares em formação está representada por elas na medida em que, com variação entre sete e nove escolhas, elas se percebem como mais disciplinadas, mais

esforçadas, mais criativas na solução de problemas, mais relacionais, mais adaptáveis, mais profissionais, mais éticas e firmes de caráter, conforme assinalam os atributos elencados nos quesitos 2, 4, 5, 11, 12 e 13. O arrazoado dessas questões é demonstrar que tais características se relacionam intimamente com um ideal de feminilidade herdado da tradição histórica e cultural que submete as mulheres a uma obediência opressora ante à ordem masculina socialmente instituída. Convém ainda observar que o quesito 5, equivalente a adaptação ao cumprimento de normas e regulamentos internos, dividiu sete menções na exclusiva identificação com a imagem feminina e com ambos os sexos. Entretanto, somente uma delas referiu a identificação dessa habilidade unicamente com o homem. Essa anotação ratifica a idéia de que ordem masculina lhes subordina à obediência doméstica, mas também social e profissional.

Ainda quanto à percepção das competências pessoais assinaladas pelas mulheres, vale o registro de que os homens são destacados por elas apenas no tocante ao maior domínio das técnicas de autodefesa mediante o registro de quase dois terços da opção assinalada pelas mulheres na identificação dessa competência ao gênero. Cabe ainda notar que, embora não represente a maioria absoluta das respostas marcada pelo grupo de mulheres, mais de um terço desse grupo considera que, exclusivamente, o homem demonstra maior resistência à fadiga psicológica e física. O indicativo assinalado por esses dados sugere que o grupo de mulheres pesquisado refere, ainda, uma crença na suposta superioridade física dos homens com base nos aspectos meramente biológicos da diferença entre os sexos. (CARVALHO, 2004). Esta análise também se alinha pela leitura de Le Breton na perspectiva de entender que “*o encorajamento para a doçura do lado feminino tem, em contrapartida, do lado masculino, o encorajamento à virilidade.*” (2007, p.67).

Os registros anotados pela maior parte dos homens (com variação de 14 a 29 escolhas) na auto identificação exclusiva com os atributos pessoais, relacionam-se a: mantém maior equilíbrio emocional em situações de pressão (quesito 3), demonstra maior rapidez e perspicácia em situações de conflito (quesito 6), mais se preocupa em manter condicionamento físico adequado (quesito 7), demonstra maior resistência à fadiga psicológica e física (quesito 8), demonstra maior domínio das técnicas de autodefesa (quesito 9), melhor manuseia armas de fogo e armas não letais (quesito 10), demonstra maior imparcialidade e rapidez na tomada de decisão (quesito 14). Dessa identificação referida pelos homens, é possível deduzir-se que tais atributos correspondem à reivindicação do território do *habitus* de gênero masculino, constituído pelos atributos associados à insensibilidade, rudeza, racionalidade, virilidade, força e coragem, os quais compõem a masculinidade hegemônica e o enredo cultural e histórico do universo militar.

Quando associaram as competências pessoais exclusivas das mulheres (com variação de 3 a 12 escolhas num total de 35 sujeitos - embora em nenhum dos quesitos essa assinalação represente a maior parte da opção marcada pelos sujeitos), os homens atribuíram a elas características pessoais tais como: ética e profissionalismo (quesito 1, três menções), disciplina (quesito 2, doze menções), equilíbrio emocional (quesito 3, três menções), preocupação com o

aperfeiçoamento profissional (quesito 4, quatro menções), adaptação às normas e regulamentos (quesito 5, sete menções), firmeza de caráter (quesito 11, oito menções), iniciativa e criatividade na solução de problemas (quesito 12, sete menções), aptidão para o trabalho em equipe (quesito 13, sete menções), imparcialidade e rapidez na tomada de decisão (quesito 14, nove menções) e adaptação aos padrões da instituição policial militar (quesito 15, quatro menções).

É possível considerar daí que os dados demonstrem que os homens também vivenciam um conflito quanto à acomodação das mulheres no universo militar. Mesmo reconhecendo nelas atributos pessoais, o seu acesso ao exercício das várias atividades de policial ainda não é outorgado a elas.

Nota-se que a apropriação política dos princípios do capital cultural associado às masculinidades se mostra reproduzido nas subjetividades dos homens e mulheres atribuindo significados distintos à noção de feminilidade e masculinidade, conforme descrevem Bourdieu (2002) e Carvalho (2004; 2009).

Por outro lado, a análise da assinalação marcada pelas mulheres, sobretudo no que se refere ao quesito 9, referente ao domínio das técnicas de autodefesa (nove menções exclusiva aos homens), articulada aos resultados apontados nas associações referidas por elas quanto à identificação das competências técnico profissionais anteriormente apresentadas, pode sinalizar um importante indicativo, do ponto de vista educacional, no que se refere ao processo formativo desses sujeitos. Nota-se que, apesar de elas se reconhecerem como detentoras de capacidades pessoais potenciais para o exercício profissional, ao que parece, ainda não se sentem totalmente habilitadas tecnicamente para exercerem determinadas atividades. Vale o registro de que, conforme já foi anteriormente esclarecido, o questionário de pesquisa foi, propositalmente, aplicado no momento em que as disciplinas estavam já finalizando sua carga horária regulamentar, ou seja, a menos de um mês da solenidade de formatura que, definitivamente, lhes consagra em Soldados da Polícia Militar estando, portanto aptos para o emprego profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o currículo, representa um instrumento potencial colocado a serviço da (re) produção das identidades e subjetividades de gênero, ele assume nesse contexto um papel preponderante no aprendizado do ser soldado. Nesta ótica, é possível considerar que os dados acima referidos reflitam alguma lacuna curricular pela ausência de uma formação mais inclusiva da problemática das relações de gênero conforme anotado pelas evidências da pesquisa documental. Ainda que o documento formal aqui antes analisado registre avanços pedagógicos relevantes na perspectiva de uma formação ampliada para a Segurança Pública, no que diz respeito à capacitação específica das mulheres para o exercício da atividade profissional, é presumível que ele não esteja ainda plenamente adequado às suas reais necessidades.

Assinala-se, novamente, a reivindicação das mulheres para identificar o seu pertencimento subjetivo de gênero em meio aos

valores simbólicos que transitam na cultura, mas também na construção curricular.

Por outro lado, observam que a invisibilidade do efetivo feminino, pelo seu menor número, funciona como um fator limitador na avaliação do desempenho profissional das mulheres nas atividades policiais. A percepção da invisibilidade é então sublinhada como uma dificuldade da efetiva inserção das mulheres no aparelho policial, uma vez que, em meio à maioria masculina, elas ainda se sentem excluídas e limitadas nos papéis institucionais que lhes são outorgados. Converte ainda com este argumento do grupo de mulheres, a observação do “sentimento de exclusão” referido por Santos (2005) e a tese de Esteves de Calazans (2003; 2004; 2005; 2012).

Na Paraíba, o aspecto da invisibilidade se reafirma, dentre outros aspectos, pela limitação legal (Lei 7.165/2002) da participação do efetivo feminino na Polícia Militar. Isso somado a ausência de referência nos dispositivos legais quanto às suas especificidades, não obstante já decorra mais de duas décadas de seu ingresso, sugere que, mais que invisível, a existência das mulheres na seara organizacional é mesmo negada.

Portanto, o argumento verificado no grupo de mulheres pesquisadas no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba, parece então fortalecer-se ainda mais diante de outros fatores sendo assumido como um importante mecanismo de sustentação das relações de poder e das desigualdades nas relações de gênero interferindo diretamente nas percepções subjetivadas por homens e mulheres quanto ao papel que lhes cabe no contexto corporativo e social.

O argumento de que os homens são mais competentes nas tarefas que exigem rusticidade e força, portanto, determinadas atividades policiais seriam melhor desempenhadas por eles, enquanto únicos possuidores de tais atributos “naturais”, inerentes e exclusivos da masculinidade, foi apontado por algumas mulheres. Porém, igualmente, ele foi assinalado sobremaneira pelos homens.

Assim, pode-se supor que os homens, por reivindicarem seu diferencial psicossomático do *habitus* militar, não têm a mesma percepção e postura inclusiva das mulheres. A noção da territorialidade por onde as masculinidades devem transitar de forma exclusiva está visivelmente demarcada nas respostas antes descritas, mediante a (auto) identificação dos sujeitos do sexo masculino com a maior parte das atividades policiais descritas anteriormente.

Para os homens, a questão da “invisibilidade” feminina nem se coloca (exceto em um caso). Para eles, as atividades policiais seriam “naturalmente” excludentes das mulheres e, assim, não se trata de não estarem visíveis, mas sim, da expressa negação à sua presença que, no contexto institucional, se reforça pela omissão de referências a elas nos dispositivos legais. Na seara pedagógica, essa “negação” é também reproduzida pelo currículo do curso de formação, mediante a omissão quanto à diversidade de gêneros.

Um número inexpressivo de sujeitos do sexo masculino – 4 dentre 35 – adota uma concepção inclusiva das mulheres e talvez não discriminatória quanto ao gênero, ao argumentarem que a competência para o desempenho das funções policiais não está relacionada ao sexo, mas sim às qualidades pessoais. Em que pese o reconhecimento das

competências pessoais estas não são associadas ao exercício das competências técnico-profissionais.

Nessa linha, os argumentos aqui sistematizados, se respaldam na descrição trazida por Bourdieu (2002) para explicar a subjugação das mulheres à dominação masculina no espaço social e institucional. Coadunam-se, também, com a ideia de que o processo de interiorização e exteriorização do *habitus* militar (ROSA & BRITO, 2010) e de gênero (CARVALHO, 2000), na afirmação de que as estruturas sociais se transformam primeiro em estruturas mentais e, num segundo momento, se atualizam por meio das práticas constituídas que (re) constroem e atualizam a realidade social dos sujeitos, homens e mulheres, submetidos/as à processos similares, neste caso, o ambiente do Curso de Formação de Soldados.

Desse modo, na perspectiva desta análise, os dados apontados na tabela 5, indicam que ambas as estruturas (mental e social) exercem influência na forma como os sujeitos homens e mulheres percebem as relações e os papéis de gênero no saber ser e no saber fazer da atividade policial militar para a qual se preparam. Destaca-se igualmente dessa leitura que estes, em primeira instância, refletem as relações de poder e a cultura androcêntrica fortemente presente na organização policial militar.

Por outro lado, os materiais aqui sistematizados, embora que de forma sutil e implícita, revelam indícios do dilema identitário vivido pelas mulheres mediante a incorporação do *habitus* policial militar (ROSA & BRITO), caracterizado neste contexto como exclusivamente pertinente ao homem, o qual conflita com o *habitus* de gênero associado à crença na “natureza” do ser feminino (CARVALHO, 2004).

A valorização das atividades atribuídas aos homens pela via da construção cultural mantém garantido a eles o reconhecimento corporativo. Por outro lado, ao serem negadas a partilhar dos créditos, impõe-se às mulheres a apreensão subjetiva do *habitus* policial militar pela via da masculinização como meio de, ainda que subordinadas, obterem certo grau de reconhecimento social e profissional no contexto institucional. A referência desse conflito de identidade experimentado pelas mulheres no contexto policial militar é relatada por, praticamente, todas as autoras elencadas no referencial teórico deste artigo (ESTEVES DE CALAZANS, 2003/ 2004/ 2005/ 2012; SOARES & MUSUCMEI, 2005; SANTOS, 2005; RODRIGUES & SANTOS, 2010).

Nesse propósito, observa-se que os argumentos utilizados pelo grupo de mulheres para justificar sua (auto) identificação exclusiva com determinadas atividades policiais, em especial, aquelas caracterizadas pela visão essencialista da “natureza” feminina, sugerem um dilema ambíguo entre a identidade tradicional feminina ao se transformarem em policiais militares.

Assim, embora em termos gerais sua (auto) percepção de gênero seja interpretada como mais inclusiva, para uma representação significativa desse grupo, ela ainda aparece demarcada pela visão (auto) excludente. Frise-se, porém, que elas, por outro lado, parecem protagonizar uma disputa simbólica pelos significados de gênero tanto no contexto curricular, quanto no campo cultural do espaço da formação. Para os homens, entretanto, mediante a representação de 25

dos sujeitos desse grupo, a visão essencialista e, notadamente, excludente de gênero, está mais intensamente marcada.

Quanto às mulheres inscritas na lógica androcêntrica que fundamenta a política cultural da organização, ainda se subjuguem à condição de “iguais”, assimilando o patrimônio cultural vinculado à masculinidade como forma de garantia ao reconhecimento social e afirmação profissional. Mas isso não se dá sem conflito interno. O dilema entre afirmar-se como igual ou como diferente “*no cerne de uma desqualificação implícita*”, conforme referido por Soares e Musumeci (2005 p.76) parece estar bem sinalizado nos argumentos anotados.

Ressalta-se, porém, que as evidências dessa primeira análise sinalizam implicitamente a natureza contestada do currículo na disputa dos significados simbólicos em meio ao terreno do capital cultural da instituição policial. Na correspondência do currículo a um local onde, ativamente, “*se produzem e se criam significados sociais além do nível da consciência pessoal ou individual, ele se vincula estreitamente às relações sociais de poder e desigualdade.*” (SILVA, 2000, p.55)

Neste campo sujeito a “*disputas e à interpretação, nos quais os diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia*”, homens e mulheres parecem reivindicar trincheiras simbólicas na cultura organizacional para situar seu pertencimento subjetivo, sua identidade funcional e o espaço de papéis profissionais que lhes cabem. Entretanto, os dados indicam que a ordem institucional inscrita tanto no currículo quanto na tradição cultural, ainda privilegia e valoriza os atributos sociais e culturais vinculados às masculinidades que não só servem para identificar o ser militar, como traduzem a legitimidade da exclusão das mulheres que, mesmo subjugadas ao processo da masculinização pela incorporação do *habitus* policial militar, ainda assim, se mantêm cativas pelo viés da invisibilidade e/ou das funções consideradas “menos importantes”.

Portanto, desse ponto, podemos afirmar que o maior impacto da inserção feminina no aparelho policial militar foi a introdução da lógica da diferença, no que confere um possível aproveitamento para se pensar em uma nova Polícia, no sentido de pensar a incorporação da ética da diferença nos currículos e na formação da cultura policial. Talvez o importante seja reconhecermos que as mulheres, mesmo como minorias simbólicas, em uma instituição pautada pelo paradigma da masculinidade, introduziram em um primeiro momento a lógica da diferença, uma vez que produziram desconforto, desestabilização e desorganização interna nessas instituições, colocando possibilidades de pensar o medo, o risco do ofício de polícia e um questionamento a respeito da ordem estabelecida. (ESTEVEZ DE CALAZANS, 2005:29).

Por outro lado, para a autora (2012), se inicialmente a chegada das mulheres à polícia militar ilustrou-se, sobretudo por contestações às normas estabelecidas, regulamentos e diretrizes às formas de institucionalização do *ethos* militar, trazendo de novo à polícia, de forma promissora, a lógica da diferença, por outro, constata que a lógica da diferença cedeu gradativamente o lugar à lógica do aparelho policial, institucionalizada no currículo de formação, sustentada no grande número de homens policiais, mas, sobretudo na ausência de

uma política positiva orientada à inserção e participação de mulheres. Tal lógica repousa sobre a concepção de uma instituição em crise, em um currículo formal que reafirma lugares, percepções e posições supostamente alheia às construções de classe, gênero, cor, etnia, portadora de elevada capacidade de subjetivar novos conteúdos incorporados pelos seus integrantes, naturalizando competências técnico-profissionais e pessoais por sexo e, ainda hoje obstaculizando a efetiva participação das mulheres.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? IN: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa, & SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). Currículo, Cultura e Sociedade. Trad. Maria Aparecida Baptista, 2ª ed. Rev. São Paulo: Cortez, 1997.

_____, Pierre. Sociologia. ORTIZ, Renato (Org). São Paulo: Ática. Col Grandes Cientista, vol 39, 1983.

_____, Pierre. A Dominação Masculina. Tradução: Maria Helena Huhner. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

BRASIL, Ministério da Justiça/SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública. Brasília-DF, 2003

BRASIL, Ministério do Exército. Portaria n. 027/77, Organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. Brasília, IGPM, 16 de junho de 1977.

BRETON, David Le. A Sociologia do Corpo. Trad. Sonia M. S. Fuhrmann. 2ª Ed rev. Petrópolis – RJ: Ed Vozes, 2007.

CAPELLE, Mônica C. Alves. O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais. Tese de Doutorado em Adm. UFMG, 2006.

_____, Mônica C. Alves; MELO , Marlene C. de Oliveira. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. Revista de Administração Mackenzie. São Paulo, v. 11, nº 3, mai./jul. 2010. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=195415344006>>. Acesso em 23 jul. de 2011.

CARVALHO, Maria Eulina P. de. Gênero é um conceito complexo e de difícil sensocomunização. Considerações a partir de uma experiência de formação docente. Revista Instrumento, v. 12, n. 2, p. 75-87, 2010

_____, Maria Eulina P. de. Pierre Bourdieu sobre Gênero e Educação. Artigo. Revista Artemis, v. 01, n, 1, p. UFPB, João Pessoa – PB, dez/2004

CARVALHO, Maria Eulina P. de.; ANDRADE, Fernando César Bezerra de.; MENEZES, Cristiane Souza de. Equidade de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Por uma prática pedagógica inclusiva. Projeto “Iguais porque somos diferentes”. Col Ecolas Plurais. Ed. UFPB, João Pessoa, 2009.

_____, Maria Eulina P. de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de.; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Gênero e Diversidade

Sexual: Um glossário. Col Escolas Plurais. Ed. UFPB, João Pessoa, 2009

CARVALHO, Sônia. Casa-Caserna: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal. Mimeo, 1990.

CASTRO, Celso, O espírito militar: um antropólogo na caserna, 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 2004.

CIDADANIA, Centro de Estudos de Segurança e (CESEc); JUSTIÇA, Ministério da/SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública.) Polícia e Gênero: Presença Feminina nas PMs brasileira. Boletim Segurança e Cidadania, Brasília-DF, vol. 2, nº 7, Maio/2004.

D'ARAUJO, Maria Celina. Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. Security and Defense Studies Review. ISSN:1533-2535, Volume 3 No. 1, Spring 2003. Disponível em <http://www3.ndu.edu/chds/journal/index.htm>. Acessado em julho de 2011.

ELIAS, Norbert. Sociogênese da diferença entre Kultur e Zivilisation no emprego alemão. E sociogênese do conceito de Civilisation na França, pp 23-64. In: O Processo Civilizador, v. 1. Trad Ruy Jungman. 2ª Ed rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESTEVES DE CALAZANS. A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____, A Constituição de mulheres em policiais: Um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias, Educat - Pelotas, v. 2, p. 147-172, 2003.

_____, Márcia. Polícia e gênero no contexto das Reformas Policiais. La Salle, Revista Educação, Ciência e Cultura. Vol. 10, nº 2, 2005. p. 1-22

_____, Márcia. Mulheres no Policiamento Ostensivo e a perspectiva de uma Segurança Cidadã. Rev. São Paulo em Perspectiva. vol.18 nº.1 São Paulo Jan./Mar.2004.

_____, Márcia. Reforma policial e perspectiva de gênero. In: Revista Carta Capital, 2012.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. (Trad Guacira Louro). São Paulo: DP&A, 1998.

LEIRNER, Pierre. Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997

LIMA, João Batista de. A Briosia: história da polícia militar da Paraíba. Centro de Ensino da Polícia Militar: João Pessoa-PB, 2000.

LOURO, Guacira. Currículo, gênero e sexualidade — refletindo sobre o "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In labrys, estudos feministas, nº 1-2, julho/ dezembro, 2002. Disponível em http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/guacira1.html Acessado em 28/02/2008

LUDWIG, Antônio Carlos Will. Democracia e ensino militar. São Paulo: Cortez, 1998.

MATHIAS, Suzeley K. As Mulheres chegam aos quartéis. Resdal Eletrônica: Argentina, 2005. Disponível em:

<<http://www.resdal.org/producciones-miembros/artkalil.html>>.
Acessado em 15/05/2009.

MUSUMECI, Leonarda & SOARES, Bárbara M. Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NASCIMENTO, Iris Oliveira do. Competências de Soldado: Relações de Gênero na Formação Profissional da Polícia Militar, 2013.157p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PARAÍBA, Estado da. Currículo do Curso de Formação de Soldados: Técnico em Polícia Preventiva. Diretoria de Ensino, Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, João Pessoa PB, 2005

PARAÍBA, Estado da. Assembléia Legislativa. Lei 7.105. Fixação de efetivo da Polícia Militar da Paraíba, 01 de Outubro, João Pessoa-PB, 2002.

PONTES, João Erivaldo de & CAVALCANTE, Natanael Soares. A mulher na Polícia Militar da Paraíba. Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar da Paraíba, CE, João Pessoa- PB, 1998

RODRIGUES, Monica Luiz & SANTOS, Anita Leocádia Pereira dos. Formação De Soldados Femininos No Batalhão de Polícia Militar, Androcentrismo e Implicações Para a Saúde da Mulher. Artigo. Ver Fazendo Gênero, Diásporas, Diversidades e Deslocamentos, vol 9, UFSC, Agosto 2010.

ROSA, Alexandre Reis & BRITO, Mosar José., Corpo e Alma nas Organizações: um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar. RAC, Curitiba, v.14, n. 2, art. 1, pp. 194-211, Mar./Abr. 2010. Disponível em www.anpad.org.br/rac. Acessado em 28/03/2012.

SANTOS, Carla A. do N., Representações Sociais da Mulher na Polícia Militar da Paraíba. João Pessoa-PB, Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Centro de Ensino, PMPB, 2005.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. Farda e Batom, arma e saia: A Construção Da Polícia Militar Feminina No Paraná (1977-2000). Tese de Doutorado em História apresentada ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba- PR: UFPR, 2011

_____, Andréa Mazurok. Representações: a Polícia Militar feminina no Paraná (1979-1984). In: Rev de História Regional. vol 9, p. 111-127, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php>. Acessado em 01/12/2009.

SILVA, Cristina R. da. Gênero, Hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis. São Paulo: UFSCar, 2006

SILVA, Tomaz T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Tomaz Tadeu & MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez. 2. ed. rev.,1997.

_____. Tomaz Tadeu da., Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

SOARES, Barbara M., & MUSUMECI, Leonarda. Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Col

Segurança e Cidadania. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro- RJ, 2005

SOUZA, Marcos Santana de. Novos espaços do feminino: Trabalho, gênero e corporações militares no Brasil. Artigo. Rev. Sociais e Humanas, Santa Maria – RS, vol. 24, nº 2. jul/dez, 2011, p. 133 a 147.

TAKASHASHI, Emília. Homens e Mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar. Tese (Doutorado em Educação) - UNICAMP, Campinas-SP. Mimeo, 2002.